



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **LETRAMENTO XACRIABÁ – AS VOZES, A ESCRITA E O PODER.**

Suzana Alves Escobar

Doutoranda da FAE/UFMG.

Docente no IFNMG – Campus Januária.

E-mail: suza.escobar@gmail.com.br

### **INTRODUÇÃO**

As considerações aqui tratadas sobre o tema oralidade, escrita e letramento pretendem minimamente analisar os conceitos que sustentam as escolhas teóricas que dialogam com os dados da pesquisa em curso, intitulada “Projeto Sociais do Povo Indígena Xacriabá – a oralidade e a escrita nas formas de participação”, desenvolvida no doutorado do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da UFMG. A investigação tem como objetivo descrever e analisar o contexto dos Projetos Sociais do Povo Indígena Xacriabá, em que diferentes sujeitos desenvolvem práticas sociais mediadas pela oralidade, escrita e letramento, focalizando a elaboração, implantação e gestão dos Projetos Sociais mediadas pelas práticas da oralidade e escrita dos diferentes atores envolvidos. A investigação está sendo voltada para os modos de interagir e participar da vida social, política e econômica no contexto da utilização da oralidade e escrita e os seus desdobramentos que envolvem as formas de participação dos sujeitos na implantação dos projetos sociais das associações, indagando a respeito dos processos identitários e culturais, organização social e política, projetos de desenvolvimento local, configuração dos sujeitos.

O meu primeiro contato com o povo Xacriabá se deu no campo da educação através da minha participação como coordenadora em um projeto pedagógico de extensão rural denominado "Projeto Pé na Caminhada", ligado ao Curso Técnico em Agropecuária da então Escola Agrotécnica Federal de Januária/MG<sup>1</sup>. Foi desenvolvido no período de 1993 a 1998 com comunidades excluídas da dinâmica social, política e econômica e com peculiaridades culturais, dentre elas, algumas aldeias da Terra Indígena Xacriabá. A partir da experiência com o Projeto Pé na Caminhada fui selecionada para a turma de 2002 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, cuja investigação teve como

---

<sup>1</sup> A instituição transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica em dezembro de 2002 e em Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica – IFNMG-Campus Januária em 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

objetivo registrar, compreender e analisar processos, saberes, práticas culturais e educativas que se (re)produzem no processo de construção das identidades na e da comunidade indígena Xacriabá.

Em 2007, quando das discussões internas para implantação do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, em cumprimento ao Decreto 5.840/2006, o então CEFET Januária aceitou o desafio de incluir a demanda de escolarização dos Xacriabá dentro do atendimento exigido pelo dispositivo legal. O direcionamento proposto foi de construir um Projeto Pedagógico para implantação do Curso de Formação em Agropecuária integrado à Educação Escola Indígena; em agosto de 2009 houve a conclusão do curso em uma turma de 30 alunos e outra turma de 40 alunos está em andamento desde fevereiro de 2010. No curso atuo como professora no eixo intitulado Ciências da Natureza e suas Tecnologias, ministrando aulas sobre projetos sociais<sup>2</sup>.

## **O POVO XACRIABÁ**

O Povo Indígena Xacriabá compõe o meu universo de trabalho profissional e posteriormente, campo empírico de pesquisa desde 1995. Os Xacriabá são identificados como Jê, subdivisão Akwê. Vivem hoje, após intensa luta pela posse da terra contra posseiros e fazendeiros da região, na denominada Reserva Indígena Xacriabá, demarcada e homologada, localizada no município de São João das Missões, Norte de Minas Gerais. A população Xacriabá é estimada em 8.000 índios, distribuídos em várias aldeias e sub-aldeias em 53.074,92 há de área, o que, em relação ao espaço humano e geográfico, equivale a mais de 70% da área e população do município de São João das Missões. Os Xacriabá experienciaram uma história de longo e complexo contato com a sociedade nacional e, por consequência, vivem em interação a ela, sem terem sido assimilados e dissolvidos no convívio.

A organização interna, juntamente com contribuições importantes de agentes externos e comprometidos com a causa indígena, conquistou a terra como um direito reconhecido e garantiu outras conquistas. Desde então, os Xacriabá vivem uma relativa paz no seu território, não mais sofrendo invasões e ataques e, desde a eleição de 2004, a gestão do município de

---

<sup>2</sup> Atuei na instituição como pedagoga até julho de 2008 quando então coordenei o PROEJA Indígena. A partir de agosto de 2008 assumi por concurso o cargo de docência e passei a dar aulas inclusive aos índios.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

São João das Missões conta com a presença dos índios Xacriabá: o Prefeito Municipal, filho da liderança assassinada na Luta pela Terra; várias secretarias municipais e cinco das nove vagas na Câmara dos Vereadores.

Outro ponto que merece destaque é que, de acordo com estudos e levantamentos feitos no Curso de Licenciatura Indígena (FIEI) da UFMG e no PROEJA Xacriabá do IFET-Januária, existe um grande número de projetos financiados por vários órgãos governamentais: MMA, MDA, MDS, MS, EMATER, IEF, IDENE, CODEVASF, Prefeitura Municipal de São João das Missões, acompanhados por diversos parceiros: UFMG, CIMI, Cáritas, CAA, IFET-Januária. Observa-se a participação da Província de Modena, Itália e da organização George Fischer. São, pelo menos, 20 Projetos de Segurança Alimentar, 02 Projetos de Meio ambiente, 01 de Capacitação e 04 de Cultura e Saúde. Os projetos de Segurança Alimentar são na área de produção agropecuária e agroindustrial, além dos 02 projetos de captação de água de chuva. Os projetos são desenvolvidos pelas várias formas de organização dos Xacriabá: oito associações das aldeias, pela Organização dos Grupos de Roças e pela Organização da Educação Indígena Xacriabá.

### **ORALIDADE, ESCRITA E LETRAMENTO – O DEBATE NECESSÁRIO**

A oralidade, escrita e o letramento que, segundo várias perspectivas teóricas (Street 2010, Rockwell 2006, Soares 2000, Marinho, 2010), não se resumem ao ato de ler e escrever se constituem como elementos fundamentais para compreensão da participação dos sujeitos indígenas nos Projetos Sociais. Os dados parciais, alguns dos quais explorados neste artigo, têm apontado para as diferentes formas de participação dos sujeitos envolvidos nos Projetos Sociais que se pautam pela oralidade e escrita, em ocasiões onde se observa a presença de escolarizados em diferentes níveis e de não escolarizados, num contexto em que a oralidade é fundamental na negociação entre os diversos sujeitos e a escrita é necessária principalmente nas mediações externas, sem desprezar os usos internos em progressiva expansão.

Os elementos oralidade, escrita e letramento são objetos de interesse em investigações de diversos contextos sociais e os conceitos que permeiam os usos e apropriações têm ganhado novos contornos. Com o objetivo de aprofundar as discussões teóricas em torno da temática, o Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG tem promovido importantes debates em versões do “Colóquio Internacional sobre Letramento e Cultura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Escrita”, focalizando as relações que envolvem o letramento e as práticas sociais: cultura, oralidade, leitura e escrita, tomadas num campo multidisciplinar e numa interlocução entre diversos cenários de pesquisa, possibilitando o contato com relevantes experiências nacionais e internacionais. Com três versões entre 2007 e 2010, os eventos foram significativos para investigações como a que venho desenvolvendo por ter oportunizado o contato direto e democrático com importantes referências teóricas, dos quais resultou um livro com o título coincidente com o Colóquio, ou seja, *Cultura Escrita e Letramento* (Marinho e Carvalho, 2010).

Uma importante referência teórica, colaborador nos eventos da FAE/UFMG é Brian Street para quem, fundamentando-se numa perspectiva etnográfica de letramento e de alfabetização, a compreensão do letramento se faz colocando duas possibilidades: o “modelo ideológico” e o “modelo autônomo”. Professor no King’s College da Universidade de Londres, dentre outras atuações, Street é um dos nomes influentes numa corrente no estudo de letramento que se interessa pelas “práticas locais ou situadas” de letramento, que se autodenomina “**Novos Estudos sobre Letramento**” - **New Literacy Studies (NLS)**. Tal abordagem vem sendo utilizada em diversos estudos no Brasil: Marinho (2008), Kleiman (1995), Soares (1998, 2010)

Envolvendo-se no que chamou de conjunto alternativo de conceitos teóricos dentro do NLS, considerados por Soares (2010:55) como “revolução conceitual” nos estudos de literacy, Street justifica sua escolha:

(...) uso a palavra modelo deliberadamente para me referir a perspectivas conceituais que padronizam noções sobre como é o mundo. Defendo que esses são modelos de letramento que as pessoas mantêm, principalmente quando os modelos são traduzidos em categorias classificatórias que separam letrados e não letrados. (2010:36)

O autor considera que tais modelos são poderosos tendo em vista as consequências que acarretam no que tange tanto aos rumos da prática escolar quanto nas definições das políticas internacionais, e as definições de quem é alfabetizado/letrado e quem é analfabeto/não letrado. O Modelo Autônomo é o que considera o letramento como um bem em si mesmo; neste sentido, a autonomia é entendida como independente e separada do contexto no qual se insere a prática de letramento. Tal modelo é utilizado por organismos internacionais para a criação de programas universais de alfabetização a serem traduzidos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

para diversas línguas. Modelo Ideológico é compreendido em relação às estruturas culturais e de poder em que estão inseridas; significa partir da etnografia para considerar o letramento dentro do contexto cultural.

Elsie Rockwell, outra renomada conferencista em todas as edições do Colóquio e pesquisadora do Departamento de Investigación Educativa del Centro de Investigación y de Estudios Avanzados -DIE/CINVESTAV- del Instituto Politécnico Nacional - Ciudad del México, dentre inúmeras pesquisas, realizou estudo sobre apropriações indígenas da escrita em povos indígenas do México, do qual publicou “Apropiaciones indígenas de la escritura em três domínios: religión, gobierno y escuela”. Posicionando-se ao lado dos que consideram os múltiplos letramentos no Colóquio e no estudo, declara:

Abordo la cultura escrita desde una concepción emergente que postula la existencia de múltiples maneras de leer y de escribir. Esta perspectiva resalta las maneras en que los usos de lo oral y lo escrito se entretienen e interactúan en el marco de prácticas específicas que les dan sentido. La oposición tradicional entre oralidad y escritura tiende a negar la presencia de la escritura en las culturas llamadas orales y, a la vez, a minimizar el peso de lo oral en las sociedades caracterizadas por un mayor uso de la lengua escrita. La investigación en diferentes contextos ha mostrado, en cambio, cómo se entrecruzan formas orales y escritas dentro de los diversos dominios de una misma sociedad. (Rockwell, 2006:166)

Magda Soares (2010) coloca em questão, nas discussões do Colóquio, “a nossa apropriação [aqui no Brasil] da palavra **letramento**” (2010, p.54), argumentando que, mesmo tendo realizado discussões, ainda não chegamos a um conceito de consenso. Assumindo o risco da simplificação mas sem esgotar outras possibilidades, Soares propõe uma discussão dos conceitos de Letramento considerando aspectos da antropologia, lingüística, psicologia e educação e destaca a evidência da exclusão do “conceito da aprendizagem inicial da tecnologia da escrita”; para tanto discute os termos da língua inglesa *literacy* e *early reading* indicando respectivamente letramento e alfabetização. (Soares 2010, p.58). Importa aqui no debate proposto, a ampliação do ponto de vista em relação ao letramento, ainda que a perspectiva antropológica que interessa à pesquisa em andamento esteja ainda incipiente no Brasil. Destacando tal “ausência ou quase ausência” como uma lacuna nos estudos, pesquisas e ações de letramento na perspectiva antropológica Soares (2010, p.62) faz referência ao universo da educação escolar, o que não deixa de contribuir em estudos em que a especificidade não é diretamente a escola, como é o caso da pesquisa em andamento que tem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

foco na participação nos projetos sociais junto ao povo indígena Xacriabá. Neste caso o letramento é considerado como prática social envolvendo oralidade, leitura e escrita e o lugar dessa prática no fazer cotidiano das aldeias e no projeto de futuro do Povo Xacriabá.

## **EVENTOS E PRÁTICAS DE LETRAMENTO – DESTAQUE A ALGUMAS CENAS QUE ILUSTRAM A TEMÁTICA**

Orientada pelos estudos que demonstram a interdependência entre a oralidade e a escrita nos projetos sociais do povo indígena Xacriabá utilizarei o Evento de Letramento como ferramenta conceitual assim como proposto por Shirley Heath “como uma situação em que um suporte se torna parte integrante de uma interação entre os participantes e dos seus processos interpretativos” (Apud Marinho, 2010, p.78). A abordagem de Heath no que se refere a Eventos de Letramento foi utilizada também nos textos de Street e Soares no mesmo livro.

As cenas selecionadas, consideradas na qualidade de Práticas de Letramento, considerando que toda a atividade de letramento é parte de um processo social mais amplo (Barton e Hamilton 1998), serão analisadas situando-as no contexto dos Projetos Sociais em que se estabelecem as diferentes formas de participação e ficam evidentes muitas das questões a elas inerentes como por exemplo as relações de poder. A proposta de análise das cenas foi inspirada na experiência da profa. Marildes Marinho analisada por ocasião do 1º Colóquio de Cultura Escrita e Letramento em que:

Analisando cenas de escrita observadas na interlocução entre índios e universitários, argumento que as pesquisas envolvendo a cultura escrita e os processos de inclusão enfrentam um complexo quadro de contradições e de fatores que nos obrigam a refletir sobre a construção social de *letramento* ou de *letramentos*, de *alfabetização* e de *cultura escrita*. (2010:71. Grifos da autora.)



## **CENA 1 – ASSEMBLÉIA DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA XACRIABÁ DA ALDEIA BARREIRO PRETO.**

Uma assembléia geral foi convocada para, dentre outros assuntos, discutir o Regimento Interno que estava necessitando de revisão, tendo em vista duas questões:

1. havia um artigo no estatuto da associação que a colocava com o prazo determinado de dois anos de funcionamento; a assembléia estaria fazendo uma modificação para colocar a associação com o prazo indeterminado de funcionamento e a ata seria o documento necessário inclusive para resolver a irregularidade junto ao banco.
2. Houve uma reivindicação, por parte de associados que trabalham com projetos produtivos, de uma alteração estatutária para que fosse incluída uma cláusula permitindo que a associação emitisse nota fiscal para possibilitar aos associados a comercialização da produção familiar, principalmente com a escola, já que os mesmos, segundo as informações prestadas, não poderiam ser considerados como produtores rurais com prerrogativa de emitir as necessárias notas fiscais.

No decorrer da pesquisa, o presidente demonstrou a percepção que tem do documento escrito, sua função interna e junto a organismos externos. No caso específico da ata, Fraenkel, referindo-se a “*corpus*, inventários e tipologia dos escritos” na pesquisa etnográfica com os escritos no trabalho (2010, p.165ss), chama a atenção da ata e sua condição de “categoria preestabelecida” que precisa ser descrita na pesquisa. A mesma percepção o presidente da associação indígena em questão já havia demonstrado em relação aos projetos elaborados para conseguir recursos para atividades locais: o documento escrito – considerado como escrita normativa com um fim em si mesma – e aprovado pelo financiador vale pelo compromisso da chegada do recurso financeiro. Segundo o presidente “*o documento é só uma tinta num papel*”<sup>3</sup>; para que o projeto seja implantado é preciso “*por a mão na massa mesmo*” e fazer com que “*o desenho que se fez na mente*” seja realizado.

---

<sup>3</sup> As citações que corresponderem às vozes dos sujeitos estarão sempre em itálico



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Há, entretanto, por parte deste mesmo interlocutor, uma distinção em relação à ata. Além da função jurídica ele atribui à ata também uma função interna de registro histórico das atividades da associação, juntamente com o registro fotográfico e de filmagem que é realizado para além da obrigação de compor os relatórios aos financiadores com imagens dos trabalhos realizados. Os fragmentos a seguir ilustram a estratégia que o presidente utiliza para sensibilização e divulgação das atividades relacionadas aos projetos dando um outro significado a elementos da escrita jurídica.

*(...) Quem vê aquela construção ali [aponta à Casa de Farinha] diga assim: -Quah!... Passa como despercebido [o trabalho realizado]. Mas se a gente vê o que foi de aterro que já teve naquela construção... Nós temos o DVD passando o lugar limpo, (...) daí a pouco já tá a construção com os tijolos... daí a pouco... tem até o dia da reunião na farinheira pra prestação de contas... o povo tava até com a mão arribada, porque tinha falado assim: - ceis aprova ou num aprova???*  
*(...) A gente ver assim, o passo-a-passo... A gente vê, tudo assim que a gente faz é bom tá registrado... é um DVD, uma coisa assim pra... é que muitas vez chega numa reunião, assim, todo mundo conhece o corre-corre, mas nunca sabe o tanto que a pessoa correu, né? Por isso que a gente gosta mais de tá montando esse DVD.*

*[A associação] foi fundada em 98, né... ela registrou em 99; agora em 2010 ela tá completando 12 anos. 12 anos já vai pra seis mandatos. Lê as atas mais antigas[nas reuniões] pro pessoal saber da história*  
*(...) Igual quando a associação começou mesmo, a gente lê a ata pra ver enfim, quem é que tava na época que hoje já nem faz parte da associação... talvez conhece a associação como se fosse uma coisa diferente, né... e ele foi quem ajudou criar, né? Por isso que eu falo com as pessoas: -moço, tem hora que a gente tem... aonde a gente passou, a gente tem que olhar pra trás, porque, muitas vezes, a gente tá criticando onde a gente mesmo construiu. (Nicolau, 2010 – Caderno de Campo)*

Nas explicações prestadas o presidente demonstra a percepção da necessidade de se registrar o processo para que todos possam acompanhar sem passar “despercebido”; através da organização temporal das imagens, sem fazer nenhuma referência aos relatórios escritos, existe a providência de “contar” o processo para todos os membros da aldeia. Ao meu ver, Nicolau sente que o escrito não consegue transmitir **aquilo que precisa ser percebido**, ou seja, não se consegue passar tudo *para o papel com a tinta*.

Em relação à cena da assembléia, foco desta análise, o ponto de pauta referente à mudança estatutária foi justificado pelo presidente da associação pela necessidade de regularização da situação junto ao banco:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*O banco ligou lá em casa urgente, porque nenhum cheque (...) o banco num aceitou mais porque o estatuto já num tava... Uma coisa que num foi descoberta... nem o banco num deu fé, quando a associação abriu conta o estatuto era o mesmo, mudou pouquinha coisa lá, mas continuava aquela mensagem lá em baixo falando que o estatuto era provisório por dois anos, aí venceu em 2009. Agora que mandaram de volta lá do Banco Central, né, pra a gente alterar essa parte, fazer uma ata, ir lá no cartório autenticar pra aí mandar pra o banco de novo. (Nicolau, 2010. Caderno de Campo)*

Destaco no fragmento transcrito da assembléia que documentos jurídicos demonstram ter uma função por si mesmos e que não são analisados com tanto critério nem interna nem externamente; assim como os membros da diretoria, *nem o banco deu fé* que o estatuto, por algum motivo, indicava uma condição de provisório. O presidente cita a burocracia a ser obedecida e menciona a ata que estava sendo escrita pela secretária sentada ao seu lado. O presidente estava atento às duas questões: organizando democraticamente todas as falas e, ao mesmo tempo, acompanhando a redação da ata.

Não houve polêmica em relação à regularização do estatuto para resolver a pendência junto ao banco, somente algumas explicações sobre o termo “determinado e indeterminado”, pois algumas pessoas estavam em dúvida, achando que o estatuto teria que ser mudado a cada dois anos.

Após o encerramento do ponto de pauta referente às mudanças estatutárias o presidente prosseguiu a assembléia da seguinte forma:

*A gente fechou a ata da parte do estatuto, né (...) Agora a gente quer abordar o assunto do Ponto de Cultura*

Com essa colocação o presidente demonstra a compreensão da função da escrita e como lida com essa questão que vai interferir na burocracia; a dinâmica demonstrada na reunião é a de que há uma valorização da oralidade que vai se transformar numa escrita necessária na relação externa, ou seja, há uma clara compreensão do momento em que “o escrito assume precedência sobre o oral” (Marinho, 2010, p.88), demonstrando que sabem identificar a oralidade que vai se transformar numa escrita para alguma formalidade no contato externo.

A oralidade se manifesta como uma marca forte nas relações internas por se destacar nos diferentes momentos ligados à participação nos Projetos Sociais. As reuniões são assinaladas pelas falas: as lideranças, sejam elas representantes das aldeias que se fizerem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

presentes, presidentes e ex-presidentes das associações e outras ligadas a funções específicas atendem prontamente ao convite para usar a palavra. Neste sentido observa-se que há uma definição clara de papéis na hierarquia de poder por intermédio da fala, o que não ocorre com a escrita. Nesta oportunidade, mesmo que não estejam inteirados dos assuntos em pauta, as lideranças ocupam, através da oralidade, o espaço de poder. Em seguida o assunto é tratado com uma discussão democrática, mesmo que haja dispersão em relação ao tema proposto, demonstrando um completo respeito pelas colocações feitas. Outro destaque digno de nota em relação à participação diz respeito à escolaridade; por um lado, normalmente escrita é realizada por um professor, acompanhada ou supervisionada por uma liderança que, na maioria das vezes é menos escolarizada. Por outro lado, quanto ao uso da palavra, os que mais a utilizam, seja para cumprir a hierarquia no início das reuniões, seja para colocar e/ou discutir as propostas são os menos escolarizados e até não escolarizados.

Os dados parciais da pesquisa têm demonstrado que, de maneira geral, a oralidade é predominante em relação à participação no processo interno das aldeias e a escrita define as exigências externas, entretanto, a escrita também demonstra ter significado interior porquanto, em algumas circunstâncias, os documentos escritos guiam ou influenciam as discussões internas e a oralidade extrapola a dimensão das relações internas e cria relevância também nos contatos externos, seja com as agências de financiamento, parceiros e outras instituições. A cena descrita no box ilustra bem essa situação: a escrita como parte da burocracia foi acertadamente encaminhada e a oralidade, baseada no documento escrito, foi amplamente utilizada para resolver questões locais, seja no contato com o funcionário do banco, seja na reunião para fazer os devidos esclarecimento em relação funcionamento da associação como instituição de tempo determinado ou indeterminado.

Pelos dados da pesquisa observo que, apesar de ter como escolarização o PROEJA Indígena que confere a escolarização de ensino fundamental, Nicolau, presidente da associação, assim como outras lideranças que têm atuação similar, fazem referência às dificuldades na leitura e escrita, mas demonstram muita intimidade com elementos complexos dos projetos sociais: planilhas, valores que dão sustentação às atividades (e que informam o conteúdo do projeto), aditivos, ofícios. Por sua vez, em geral, os professores indígenas, muitos dos quais alunos da Licenciatura Intercultural na FAE/UFMG, responsáveis ou responsabilizados pelo registro da escrita, o fazem, na maioria dos casos, numa total dependência do conhecimento de tais lideranças a respeito do processo.



## CENA 2 – VISITA DOS TÉCNICOS DA CARTEIRA INDÍGENA À ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ROÇA – OGR<sup>4</sup>.

Dois técnicos da Carteira Indígena visitaram as aldeias em junho de 2010, dentre elas a aldeia Itapecuru, sede da OGR para verificar o trabalho dos projetos financiados pelo Programa Fome Zero<sup>5</sup> supostamente elaborados pelos membros do grupo e de responsabilidade do seu presidente. O contato inicial aconteceu na casa do representante da aldeia e contou com a presença de lideranças locais e teve como objetivo apurar o alcance das metas e conferir notas fiscais para prestação de contas.

Projeto no valor de R\$40.000,00 liberados para criação de galinhas poedeiras, horta comunitária e construção de um galpão, aprovado em 2007.

Os problemas iniciais detectados pelos técnicos foram vários: na parte administrativa houve a falta de notas fiscais das compras realizadas, orçamentos mal elaborados, falta de extrato com a movimentação bancária, o desperdício do dinheiro que ficou parado sendo corroído pelas taxas bancárias. Na execução também foram colocadas as falhas: equipamentos da irrigação estavam parados, a estrutura da granja estava subutilizada e não houve a construção do galpão.

Um dos técnicos, na reunião na casa do representante, estava folheando o documento escrito e arguindo as lideranças a respeito das ações previstas. O documento estava sendo tratado como sendo de autoria deles; pelas minhas investigações eu já sabia que se tratava de uma escrita com a participação externa, elaborada sem muito critério e que os índios não se identificavam com ela. O fragmento a seguir, coletado dez meses após a visita dos técnicos da

---

<sup>4</sup> Os Grupos de Roça, criados na década de 1990 eram compostos por famílias que se reuniam em função da produção agrícola e que ali estabeleciam uma relação de interesse e de solidariedade, partindo de um conceito próprio de desenvolvimento. Partindo do interesse em participar da autogestão de recursos em projetos com financiamentos governamentais e não governamentais transformaram-se em entidade jurídica com o nome de Organização dos Grupos de Roça – OGR em 2006.

<sup>5</sup> A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena - é uma ação do governo federal, resultado de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o objetivo contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, em todo o território nacional



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Carteira Indígena ilustra algumas falhas que foram destacadas por eles em relação às metas estabelecidas no projeto:

*Foi muito complicado. A primeira coisa foi esse projeto do Fome Zero. Foi o primeiro projeto que a gente fez... que foi enviado pela Organização dos Grupos de Roça foi esse. A gente trabalhou muito mal trabalhado no projeto porque a gente não sabia o que era. Eu vou começar aqui pela ordem: primeiro, a gente ouvia falar do micro-aspersor, mas nunca tinha visto o que que era um micro-aspersor... (...) a gente fez por influencia dos outros: -não, é bom... é isso e aquilo outro... É certo que a gente nunca tinha visto! Aí decidimos e fizemos o projeto do micro-aspersor... e foi instalado... Nós fizemos ainda alguns canteiros ainda... eu plantei algumas hortas ainda mais não funcionou... quando você passa de uma lista de dez canteiros pra quatrocentos canteiros a coisa já é outra. É uma diferença muito grande... Então a gente achou que era uma coisa mais fácil e no fim não trouxe um resultado assim bom não...*

(Depoimento do índio que era o presidente da OGR por ocasião da elaboração e gestão do projeto do Fome Zero, 2011 – Caderno de Campo)

O projeto foi tratado pelas lideranças da Organização dos Grupos de Roça na perspectiva colocada pelo presidente da Associação do Barreiro Preto: “*o documento escrito e aprovado é a garantia da vinda do recurso*”; a diferença é que nesta associação, antes da escrita, é feito “*um desenho na mente*” e o documento é apreendido pelo grupo como a materialização dele e as metas a serem cumpridas são aquelas estabelecidas por meio do *desenho da mente* e o esforço da escrita é tentar aproximá-lo disso. No caso da Organização dos Grupos de Roça, não houve uma discussão prévia junto aos membros participantes que resultasse na formulação da demanda. Pode-se constatar pelos dados que houve a institucionalização de um grupo que se organizava em função do trabalho para proporcionar o acesso a verbas de instituições da sociedade nacional.

Os grupos de roça foram organizados na década de 1990 em função do desempenho das atividades de produção agrícola e a transformação em entidade jurídica exigiu dos envolvidos a lida com documentos civis, papéis escritos, contatos com burocracia do Estado Nacional. As forças que garantiam o funcionamento do grupo foram substituídas: o grupo não precisa ser forte para desempenhar as tarefas da produção, é necessário que seja também um grupo pensante; os membros não têm mais somente a força do músculo para manejar os instrumentos, mas criaram poder através da assinatura; a reunião espontânea cedeu lugar a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

convites formais, com ata que depois pode justificar a vinda de um recurso; o enfrentamento dos desafios: pragas e doenças na plantação, lida com equipamentos de irrigação, manejo e colheita das culturas se transformaram em possibilidade de desfrutar de privilégios com a vinda dos recursos.

Outro ponto relevante tange à frágil relação com a escrita por parte das principais lideranças na OGR. O presidente da entidade e vários membros por ocasião da elaboração e gestão do projeto do Fome Zero, se declaram analfabetos e, diferentemente das outras associações, não se observa na OGR, a presença dos professores indígenas em apoio às ações que envolvem a escrita. Em reuniões marcadas como encaminhamento sugerido pelos técnicos da Carteira Indígena, pude presenciar o antigo presidente lendo com alguma desenvoltura os documentos da entidade, mas na argüição do técnico à luz do projeto escrito o mesmo mostrou um embaraço próprio de quem desconhecia o teor do documento.

O projeto da carteira indígena foi complicado desde o início; as ações não foram organizadas para serem desempenhadas em grupo: uma liderança cuidava da criação das galinhas e outra da horta. Não se configurou como um projeto do grupo de roça como um todo e a comunidade em geral também não demonstrou qualquer conhecimento a respeito. Neste sentido, a cena do box me conduziu à análise feita a respeito de outras experiências com a participação da UFMG, onde diversas questões foram formuladas:

(...) como arregimentar alternativas para que os principais interessados dos projetos sejam, de fato seus autores, se apropriem dessa escrita, reconhecendo-se no texto escrito e compreendendo a lógica dessa escrita, seus destinatários – locais e não locais – suas implicações e efeitos nas suas ações, no contexto da gestão coletiva? Como conduzir esse processo, de forma que eles assumam todas as condições e conseqüências da implementação do projeto? (...) Como se ensina essa lógica pragmática da escrita? (Marinho, 2010:85)

À luz do fragmento acima, destaco como consequência da visita dos técnicos da Carteira Indígena a instalação de uma crise interna na OGR. Os técnicos, ao presumir a autoria do projeto aos membros da organização, deixaram de perceber a realidade local sob o ponto de vista dos envolvidos. As lideranças quando se viram responsabilizados pelo peso da escrita formal e jurídica passaram a prestar esclarecimentos e justificativas pelo não cumprimento das metas e não conseguiram transmitir o processo de transformação ao qual estavam vivendo e do qual fazia parte o referido projeto. De um lado estava declarada a irresponsabilidade e incompetência diante das metas registradas, e do outro se encontrava um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

grupo tentando mostrar a seriedade e honestidade para com o recurso recebido. O desencontro foi instaurado com a presença sufocante do texto escrito.

A mesma visita, com as mesmas exigências foi feita na Associação da Aldeia Barreiro Preto sem que houvesse constrangimentos de parte a parte. Deve-se evidenciar, entretanto, que naquela aldeia a relação com a escrita se estabelece de uma outra forma; há um envolvimento grande dos professores e grande parte dos membros da diretoria ou responsáveis pelos projetos têm, no mínimo, alguma desenvoltura com a leitura e escrita. Ainda assim, no processo da pesquisa na ocasião da visita dos técnicos, o presidente da associação analisou que a relação com o financiador deveria existir para além dos documentos escritos. Na sua opinião, o financiador deveria valorizar as ações locais pelo que elas representam social e politicamente sendo que, para tanto, a divulgação, acompanhamento e vistoria da execução do projeto, ou seja, aquilo que se estabelece a partir da leitura e escrita, não é suficiente.

## BIBLIOGRAFIA

ESCOBAR, Suzana A. *Educação Indígena Xakriabá: saberes e lutas na vida e na voz do seu povo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2004.

FRAENKEL, Béatrice. A pesquisa sobre os escritos do trabalho na interface entre lingüística e antropologia. In MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) *Cultura Escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MARINHO, M. (Por parecer). Cultura escrita en Brasil: perspectivas teóricas en construcción. In J. Kalman & B. Street (Eds.), *Lectura, escritura y matemáticas como prácticas sociales: Diálogos desde los Estudios Latinoamericanos sobre Cultura Escrita*. Mexico D: Siglo XXI Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Letramento: a criação de um neologismo e a construção de um conceito. In MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) *Cultura Escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

OLSON, D. R. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. 343p. (Coleção Múltiplas Escritas)

OLSON, D.; TORRANCE, N. (Orgs.). *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

ROCKWELL, Elsie (2006). Apropiaciones indígenas de la escritura em tres domínios: religión, gobierno y escuela. *Cultura Escrita y Sociedad*, 3 : 161-236 (Alcalá, España.).

\_\_\_\_\_. Culturas Oraís ou múltiplos letramentos? A escrita em contexto de bilingüismo. In MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) *Cultura Escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias de formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras*. 1997. 304 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2<sup>a</sup>. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) *Cultura Escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREET, Brian. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei T. (Orgs) *Cultura Escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIANNA, Fernando. Políticas Públicas relacionadas aos Povos Indígenas no Brasil: processos e iniciativas em curso (situação de janeiro/2005) - Levantamento analítico em realização para o PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas). *Documento de Trabalho n 01*. Manaus/AM: 2005.